



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2022

Processo Licitatório nº: 15.693/2020

Processo de Recurso nº: 052/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2022

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos para atender às necessidades do Melhor Em Casa .

RECORRENTE: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela PREGOEIRA da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 210/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 210/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 14:40 horas do dia 14 de dezembro de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 010 de 04/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 15.693/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 210/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: **Aquisição de Equipamentos Médicos para atender às necessidades do Melhor Em Casa.** A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 11:04:38 do dia 21/12/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 19.1 do Edital nº 210/2022;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, apresentou o recurso para o item 11 em 22/12/2022.



Comissão de Pregão III

A empresa LONDRIHOSP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, não apresentou Contrarrazões.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese que:

"...as arrematantes ofertaram documentos e equipamentos em desacordo com a solicitação contida em edital."

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) *"...a revisão do ato de classificação dos licitantes Londrihosp Importação e Exportação de Produtos Medico Hospitalares Eireli e Cmed Distribuidora Ltda, vez que não foram observadas na íntegra as especificações constantes do edital, conforme supra exposto. "*

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Não houve manifestação em sede de contrarrazão.

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e



Comissão de Pregão III

julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

Quanto a alegação de que os licitantes não apresentaram os modelos ofertados, de maneira que a comissão não pode julgar se os equipamentos por estes ofertados atendem aos requisitos técnicos solicitados:

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou o setor técnico, na forma que dispõe o item 24.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Coordenadora do Melhor em Casa, Sra. Pêmella Freiman de Almeida, resumidamente opinou:



Comissão de Pregão III

“...está de acordo com a especificação solicitado por este setor...”

Quanto a alegação de ausência dos documentos solicitados em edital, 6.2 do Anexo I, Termo de Referência, e seus subitens:

Conforme previsto no **subitem 24.5 do Instrumento Editalício**, realizamos diligência junto a empresa inicialmente vencedora do certame, solicitando que nos fossem encaminhados os documentos complementares colacionados nos itens 6.2.1, 6.2.3 e 6.2.4. Em conferência a documentação encaminhada, verificamos que foram atendidos os pressupostos previstos no Edital, disponível a verificação a quaisquer interessados no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Quanto a alegação de ausência da Carta de Autorização de Fornecimento pelo Detentor do Registro na ANVISA:

Entendemos não ser uma exigência que inabilita a empresa primeira colocada para o item 11, tendo em vista o princípio do formalismo moderado.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer técnico do Secretaria Requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 210/2022, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, **MANTENDO** habilitada a empresa LONDRIHOSP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI no pregão em comento.



Comissão de Pregão III

Diante do não provento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 210/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de fevereiro de 2023.

ELIZA SOUZA MACHADO
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380